



ARTIGOS

GÉNERO, EMPREENDEDORISMO E AUTONOMIZAÇÃO PROFISSIONALAna Maria Brandão¹, Ana Paula Marques¹, Rita Lamela¹

1- Universidade do Minho, Portugal

RESUMO

Os estudos sobre empreendedorismo mostram a persistência de desigualdades de género decorrentes de condições estruturais distintas que operam em desfavor das mulheres. Neste artigo, analisam-se as escolhas de projetos autónomos de carreira de jovens diplomados/as do ensino superior, destacando-se os perfis de “empreendedor tradicional” e “empreendedor inovador”. No primeiro, concentram-se mais mulheres em serviços de proximidade e de cuidado e, no segundo, mais homens em setores inovadores e intensivos em conhecimento. Os resultados sugerem a necessidade de uma discussão ampla sobre autonomização económica das mulheres e políticas de promoção do empreendedorismo que atendam às especificidades de género e sua relação com ensino superior.

Palavras Chave: ensino superior; género; empreendedorismo; Portugal.

GENDER, ENTREPRENEURSHIP AND PROFESSIONAL EMPOWERMENT

ABSTRACT

Studies on entrepreneurship show the persistency of gender inequality linked to distinct structural conditions that operate to the detriment of women. This paper focuses on young graduates who choose to pursue autonomous career projects. Two profiles stand out: the “traditional” and the “innovative” entrepreneur. The first gathers more women in proximity and care services; the second includes more men in innovative and knowledge-intensive sectors. Results imply the need of a broader discussion about the prerequisites of female economic autonomy. They also suggest that entrepreneurship promotion policies should crucially address gender specificities and their relationship with higher education systems.

Keywords: higher education; gender; entrepreneurship; Portugal.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre empreendedorismo têm mostrado a persistência de desigualdades de gênero quer ao nível da criação de empresas, negócios ou autoemprego, quer da sua lucratividade, a despeito dos progressos assinaláveis que as mulheres têm vindo a alcançar no mercado de trabalho (Bettio; Verashchagina, 2009; Bögenhold; Fachinger, 2014; Elam, 2014; Jennings; Brush, 2013; Kelley; Singer; Herrington, 2016). O caso português não escapa a essa tendência, sendo patentes fenómenos de segregação horizontal e vertical, graus distintos de vulnerabilidade ao desemprego e a formas precárias e atípicas de emprego e propensões variáveis à criação do próprio emprego, que operam tendencialmente em desfavor das mulheres e/ou dos jovens (Ferreira, 2010; Casaca, 2012a; Marques; Moreira, 2013). A força de trabalho mantém-se fortemente segregada, concentrando-se os homens sobretudo em setores intensivos em conhecimento e tecnologia avançada e as mulheres em setores de proximidade e baixo valor acrescentado (European Commission, 2008; Powell; Graves, 2011; Orser; Riding; Stanbey, 2012).

Neste artigo, discute-se os resultados de dois estudos acerca da atividade empreendedora qualificada, incidindo, nomeadamente, sobre o (potencial) envolvimento de mulheres e homens em processos de transferência de tecnologia e conhecimento, bem como de comercialização da investigação científica. Considera-se o potencial analítico da socialização familiar e o seu condicionamento da trajetória escolar e da segregação por área científica, com consequências na transição para o mercado de trabalho. As desigualdades sociais de pertença e de gênero consolidam-se em percursos académicos com inscrições distintas ao nível da intenção empreendedora e dos setores da economia sobre os quais recaem as escolhas de homens e mulheres. Com efeito, a menor representação das mulheres na estrutura empresarial por via de projetos autónomos interpela-nos para uma discussão dos nossos resultados de investigação sobre a seletividade social e a segregação por área científica no ensino superior. Em que medida estas condicionam as intenções empreendedoras dos/as jovens graduados/as? Perante a elevação da qualificação académica das mulheres, assistir-se-á a um efeito de contágio potenciador de mais oportunidades

profissionais pela escolha de projetos empreendedores e em setores inovadores e intensivos de conhecimento? Tal efeito permitirá atenuar, a prazo, as diferenças de gênero em termos da propensão para o empreendedorismo?

Assim, constitui objetivo central analisar as escolhas desiguais de projetos autônomos de carreira por via de uma intenção empreendedora ou da sua concretização junto de jovens adultos/as diplomados/as do ensino superior. Esses projetos podem resultar da identificação de uma oportunidade de negócio (com estatuto de empresário/empreendedor com ou sem trabalhadores) ou de criação do próprio emprego, enquanto trabalhador por conta própria (trabalhador liberal). Para efeitos desta análise, definiram-se como tendo “potencial empreendedor” indivíduos que declararam ter tido, nalgum momento da sua trajetória profissional, intenção ou vontade de criar o próprio negócio ou emprego, mesmo que isso não se tenha concretizado.

Começa-se por uma revisão da literatura, seguida da apresentação dos contributos relativos ao empreendedorismo qualificado e à segregação científica por gênero, considerando o papel assumido pelas Instituições do Ensino Superior (IES).

Descreve-se, depois, a metodologia dos estudos e os perfis sociodemográficos dos participantes. Por fim, discute-se as desiguais opções empresariais e por setor económico, as estruturas motivacionais subjacentes à intenção empreendedora e os fatores de inibição ou atração por um projeto profissional autónomo por parte de jovens diplomados/as. Três argumentos estruturam a compreensão do empreendedorismo qualificado por gênero: a persistência de uma segregação por área científica com impactos na estrutura ocupacional e no mercado de trabalho; a centralidade do desenvolvimento de uma carreira baseada numa racionalidade “masculina”, que atribui precedência ao trabalho sobre a família; e a reprodução de uma ordem desigual de poder a partir dos padrões dominantes de socialização e divisão sexual do trabalho, que reforça a “ordem de gênero” (Connell, 2001). Por outras palavras, a família, a escola e o mercado de trabalho estão entre os ambientes sociais específicos identificados por Connell e Messerschmidt (2005) onde os padrões hegemónicos de gênero se encontram engastados, funcionando como configurações de práticas organizadas em relação a uma estrutura particular das relações de gênero num dado momento. Embora essas configurações possam ser ora

aceites, ora contestadas, elas não deixam de constituir “modelos que exprimem ideais, fantasias e desejos” (Connell; Messerschmidt, 2005, p. 838) que influenciam lógicas, e práticas sociais dos agentes concretos. Em particular, a figura do empreendedor, em que assentam as próprias políticas públicas de promoção do empreendedorismo, está intimamente associada à “masculinidade hegemônica” (Connell, 2001), com todas as consequências daí decorrentes para aqueles/as que dela se afastam. Assim, se é verdade que nem todos os homens se reveem ou adequam nesse/ a esse padrão, os estudos que têm sido conduzidos indicam que são, sobretudo, às mulheres que se levantam maiores dificuldades quer ao nível do envolvimento na atividade empreendedora, quer da sua condução.

CONTRIBUTOS ORIGINAIS E RECENTES SOBRE O EMPREENDEDORISMO FEMININO

O empreendedorismo feminino só recentemente foi reconhecido na academia. Jennings e Brush (2013, p. 668-669) sistematizam quatro questões fundadoras dos estudos sobre o tema: 1) as mulheres tendem a estar sub-representadas nas diversas formas de empreendedorismo; 2) recorrem a níveis inferiores de financiamento nas diversas etapas de lançamento e gestão de uma empresa; 3)

apesar de existirem diferenças entre mulheres e homens nas estratégias organizacionais e de gestão, poucos estudos as documentam; 4) considerando os indicadores económicos convencionais (e.g., dimensão da empresa, volume de negócio, taxa de lucro, expansão), há informação que sugere que o desempenho das empresas dirigidas por mulheres é inferior, porém, partindo de outros indicadores económicos, essa diferença não se confirma.

Socorrendo-se da “avaliação substantiva do impacto” dos estudos disponíveis, Jennings e Brush (2013) destacam “novas direções” no questionamento da propensão para e da decisão de criação de uma empresa ou autoemprego por parte das mulheres. Uma primeira reporta-se à conceção do empreendedorismo enquanto fenómeno atravessado por efeitos de género, que perspetiva o empreendedorismo feminino por referência a um “falso neutro” (Karatas-Özkan; Chell, 2015; Moulton, 1981). Explora-se as razões da menor presença das mulheres na criação do próprio emprego ou de empresas e o papel do género nas esferas profissionais e familiares.

A segunda centra-se na importância da influência familiar e parental para os processos de decisão e gestão de um negócio ou autoemprego. O agregado

familiar e o contexto doméstico (Bögenhold; Fachinger, 2014) – nomeadamente, a existência, ou não, de filhos em determinadas idades, o tipo de profissão e a condição perante o trabalho do/a companheiro/a e vice-versa, o orçamento familiar, as políticas públicas de parentalidade, entre outros fatores – influenciam as decisões, processos e resultados da atividade empreendedora e têm impacto na estrutura familiar. Destacam-se as dificuldades de conciliação entre trabalho e família e a sua influência na predisposição das mulheres para a atividade empreendedora (Winn, 2004; Kirkwood; Tootell, 2008), ainda que alguns estudos refiram os seus efeitos positivos na gestão familiar (Powell; Eddleston, 2013) e no desenvolvimento local (Datta; Gailey, 2012). Evidencia-se a interdependência entre empreendedorismo e família quer na decisão de criação, gestão e desenvolvimento de empresas ou autoemprego (incluindo situações de dissolução), quer do processo de socialização de género, investimentos escolares e seus impactos nos futuros profissionais antecipados e/ou na consolidação de opções de carreira. Esta última linha de análise será privilegiada no presente artigo.

Perspetivando a atividade empreendedora como resultante de uma oportunidade de negócio que varia em função do contexto económico (setores económicos estratégicos, acesso a capitais de risco, benefícios fiscais, formalização de uma empresa) ou como estratégia defensiva face ao mercado de trabalho, reforçam-se as perspetivas meso e macro na análise das experiências empreendedoras. Esta terceira direção de estudo tende a estruturar-se na sistematização dos fatores de “atração” versus “repulsa” das experiências empreendedoras em função dos contextos nacionais (Amorós; Bosma, 2014; GEM, 2013), enfatizando a recorrente associação dos primeiros aos homens e dos segundos às mulheres e/ou aos grupos minoritários. Entre os fatores de atração, destacam-se as dinâmicas de inovação e criação de emprego específicas aos contextos locais, nacionais e internacionais: identificação de oportunidade de negócio ou nicho de mercado; transferência de tecnologia e conhecimento; possibilidade de comercialização da investigação. Entre os fatores de repulsa, são analisados comportamentos que visam obter um rendimento económico seja por razões de sobrevivência, seja pela maior incidência ao (risco de) desemprego e à vulnerabilidade contratual e salarial, seja, ainda, a opção

por setores económicos de baixo valor, geralmente “tradicionais”, perpetuando um percurso de desigualdade socioeconómica. Mas nem sempre é visível uma polarização por um ou outro tipo de fatores e a investigação tem vindo a revelar as suas combinatórias possíveis.

Por último, importa referir uma linha de estudos que explora as estruturas motivacionais nos processos de criação e gestão de um negócio, empresa ou autoemprego, que mostra que muitos empreendedores prosseguem objetivos não apenas económico-financeiros, mas também extraeconómicos. A natureza híbrida das disposições permite, por um lado, questionar a visão simplista do desejo de criar uma empresa ou autoemprego apenas com o objetivo de criar riqueza económica e/ou aumentar o rendimento e, por outro, aprofundar a recorrência das razões de foro “privado” ou “doméstico/familiar” e/ou de constrangimentos profissionais ou de mercado de trabalho ancoradas no género.

ENSINO SUPERIOR, EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO E DESIGUALDADE DE GÉNERO

O empreendedorismo tem integrado o pensamento político internacional e nacional (OECD/ The European Commission, 2014). Enquanto “atitude mental” (European Union, 2013, 2012; European Commission,

2008, 2006; Bridge; Hegarty; Porter 2010), enfatiza “a capacidade de identificar oportunidades no mercado e criar novos negócios”, mas também “atitudes e comportamentos associados com a criatividade, inovação e risco” (European Union, 2013). As dificuldades de transição dos/as diplomados/as para o mercado de trabalho, visíveis nas crescentes taxas de desemprego, subemprego e modalidades diversas de emprego precário, têm mobilizado a atenção dos responsáveis políticos e promover a sua empregabilidade, mormente as competências transversais relevantes para o mercado de trabalho (Teichler, 2007, 2009; Tomlison, 2009, 2012, 2013, 2009; Vieira; Marques, 2014), tem sido uma das prioridades das políticas para o ensino superior. Neste contexto, as Instituições do Ensino Superior (IES) têm procurado integrar na sua missão a promoção de uma “cultura” empreendedora, dinamizando práticas pedagógicas de estímulo de atitudes e comportamentos empreendedores e integrando infraestruturas de apoio à transição, inovação e transferência de conhecimento (Marques, 2016).

Em Portugal, assinala-se o progressivo aumento de jovens com (pós)graduações e a presença maioritária das mulheres em praticamente todas as áreas científicas, com

exceção da engenharia, da tecnologia e áreas afins. Na base do investimento em políticas educativas e iniciativas específicas de qualificação e reconhecimento de competências profissionais, há a expectativa de se contribuir para a transformação do padrão dominante de especialização produtiva quer pela criação de riqueza e empresas em setores intensivos em conhecimento e alta tecnologia, quer pela possibilidade de dinamizar mais e melhores empregos para jovens com qualificações elevadas. Neste sentido, a capacidade de transferência de conhecimento e dinamização das atividades de I&D das IES e seus stakeholders para a economia e a sociedade interpela os/as jovens diplomados/as, que poderão perspetivar alternativas à transição profissional assente na independência contratual, podendo o empreendedorismo surgir como um futuro profissional alternativo (Marques, 2013). Importa, entretanto, refletir sobre o seu lugar no processo de transição profissional em função do género.

As políticas que visam promover o empreendedorismo de mulheres com níveis elevados de qualificação académica são ainda relativamente incipientes na maioria dos Estados-membro da União Europeia (IFDEP, 2014, p. 33). Apesar da crescente feminização do ensino superior, no que diz

respeito ao empreendedorismo, as mulheres permanecem em número inferior e insuficiente quando comparadas com os homens e assumem perfis distintos quanto ao estatuto – empresário ou trabalhador independente – e ao setor ou área de negócio escolhido. O desigual envolvimento de mulheres e homens em atividades empreendedoras de cariz inovador depende de: a) obstáculos de contexto, ligados às escolhas educativas no sistema formal de ensino e às representações dominantes da feminilidade, da ciência e da inovação; b) obstáculos económicos, requerendo o sector da inovação um investimento substancial e surgindo as mulheres como menos credíveis do que os homens em termos de financiamento; c) e obstáculos soft, que resultam da falta de acesso a redes técnicas científicas e de negócios, em geral, e da ausência de formação profissional específica e de modelos de empreendedorismo (European Commission, 2008).

Em Portugal, apesar dos vários Planos Nacionais para a Igualdade, os indicadores disponíveis no anterior Programa Operacional do Potencial Humano (POPH 2007-2013) revelam a insuficiente participação das mulheres em projetos empreendedores, sobretudo em setores intensivos em conhecimento e tecnologia. O aumento das qualificações das mulheres ao

nível do ensino superior não tem sido suficiente para transformar o padrão segregado das intenções de criação de um projeto empreendedor. Elas tendem a escolher áreas de negócio ou autoemprego em serviços de baixo valor próximas de atividades de cuidado, atendimento público e imagem, que remetem para espaços de intimidade e domesticidade (Casaca, 2012b), geralmente desvalorizados em termos económicos, sociais e simbólicos.

Vários estudos nacionais partilham as explicações associadas às direções do estudo do empreendedorismo feminino já expostas, nomeadamente quanto ao papel do capital social, do modelo familiar e de empresarialidade (Cardoso et al., 1990; Guerreiro, 1996, 2000; Couto, 2013), das qualificações, do género e da segregação ocupacional (Marques; Moreira, 2011, 2013; Marques, 2015). Se, nas últimas décadas, tem ocorrido uma ligeira atenuação do efeito de seletividade do ensino superior em função da origem social, esta permanece determinante. As desigualdades sociais no acesso ao ensino superior e no seu seio são acompanhadas por uma estratificação por áreas de saber e posições protegidas no mercado de trabalho, ou ambas (cf. Bourdieu, 1979; Bourdieu; Passeron, 1964; Balsa, 2001; Brennan, 2002). Este duplo padrão de recrutamento social, ou dualismo

classista, reforça a importância do capital cultural e o sistema de disposições herdadas do meio familiar para a reprodução social. A predominância de uma hierarquia de prestígio das áreas científicas traduz-se num fechamento social de certos cursos às/aos estudantes de famílias mais desprovidas de recursos, contribuindo para a estratificação interna do campo universitário (Chaves, 2010; Alves, 2008).

Sobrepondo-se a essa seletividade, destaca-se outro eixo de diferenciação interna do sistema universitário relacionado com as áreas científicas. A maior feminização do ensino superior em domínios como a educação, a arte, as humanidades, as ciências sociais, o direito e a saúde, explica, em boa medida, a reprodução da divisão sexual do trabalho. A naturalização da ordem de género (Connell, 2001) contribui para aprofundar a presença diversificada e desigualmente valorizada dos percursos escolares, ficando patentes os argumentos do “duplo efeito de discriminação sexual” (Cruz; Cruzeiro, 1995) ou das “más escolhas” (Grácio, 1997) das mulheres. As opções destas, recaindo sobre cursos de índole literária e humanista, tendem a secundarizar o “valor de troca” quando se equaciona o retorno do investimento realizado na obtenção dessas credenciais por oposição às áreas mais tecnológicas e

mercantilizáveis e contribuem para uma maior dificuldade de acesso ao trabalho e a profissões com menos poder e prestígio social (Marques, 2013; Marques; Moreira, 2011).

POTENCIAL EMPREENDEDOR NA UNIVERSIDADE DO MINHO (U.M.): ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Discutem-se aqui dados empíricos de dois estudos que assumiram uma orientação fundamentalmente qualitativa e sem propósitos de representatividade estatística. O Estudo 1 analisou os percursos de empregabilidade de jovens diplomados/as da Universidade do Minho (UM), que concluíram a licenciatura entre 2002 e 2008, em particular no que diz respeito ao seu potencial empreendedor (vide Autor, 2015). O desenho de pesquisa do Estudo 1 assenta numa pesquisa de cruzamento de dois métodos ao contemplar duas fases de pesquisa distintas, ainda que interdependentes. Numa primeira fase, foram mobilizadas fontes estatísticas e documentais, bem como se aplicou um inquérito por questionário online a um universo de 1419 licenciados/as de diferentes áreas científicas e sexos que concluíram o curso, desde 2002 até 2008, de que resultou uma amostra equivalente a uma quota de 20% (283 questionários válidos). Numa segunda fase da pesquisa,

os/as que demonstraram ter potencial empreendedor foram contactados/as, via correio eletrónico, para a realização de uma entrevista aprofundada. Foi-nos possível obter, em tempo útil, 8 respostas positivas. Em articulação com o Estudo 1, utilizam-se dados de uma dissertação de mestrado (Autor, 2014), designada Estudo 2. Este estudo, de carácter qualitativo, foi desenvolvido complementarmente ao Estudo 1, permitindo incluir nesta análise mais 9 entrevistados/as com experiência de empresarialidade ligada às áreas inovadoras de conhecimento e tecnologia. No total, consideram-se, neste artigo, as 17 entrevistas obtidas nos dois estudos para reforçar a componente compreensiva da análise, que permitiu aprofundar os dados do inquérito, sobretudo dos entrevistados/as que apresentam elevado potencial empreendedor, e sugerir pistas de reflexão. Para o tratamento da informação, foram acionadas técnicas de tratamento estatístico e a análise de conteúdo.

Perfil sociodemográfico dos/as inquiridos/as e entrevistados/as

O inquérito por questionário permitiu traçar um retrato dos/as jovens diplomados/as no sentido de saber em que medida estes apresentam ou não propensão para uma atividade empreendedora.

Em termos gerais, do seu perfil sociodemográfico, destaca-se a média etária em torno dos 29 anos, maioritariamente solteiros/as (66%) e prevalecendo as mulheres. Os dados confirmam a elevada feminização da UM (60%), com particular incidência nas áreas de “Educação” (79,7%) e “Ciências Sociais e Direito” (70,1%).

No que respeita à origem social dos/as inquiridos/as, mais de 45% dos/as progenitores/as possuíam menos de 4 anos de escolaridade. Se a estes se somar os/as que possuem o ensino secundário, atinge-se mais de 80% da amostra, permitindo dizer que estes/as licenciados/as são oriundos de meios sociais com capitais escolares em sintonia com as médias nacional e regional para a sua faixa etária. São os/as licenciados/as em “Educação” e “Humanidades” que têm progenitores/as com menos escolaridade. Pode, igualmente, verificar-se que os/as progenitores/as desempenham atividades profissionais qualificadas ou pouco qualificadas⁶, fundamentalmente como assalariados dependentes. Mas uma análise mais aprofundada revela uma clara predominância dos setores mais dotados de capitais económicos, culturais e sociais, ou seja, famílias de “Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais”, por um lado, e, do lado da mãe, de “Quadros e Técnicos

Superiores” e “Quadros e Técnicos Médios”. No total, cerca de 54% dos/as licenciados/as provêm dessas duas categorias e pertencem, na maioria, às áreas de “Ciências e Informática” e “Engenharia”. Paralelamente, regista-se uma presença significativa de licenciados/as oriundos/as de meios sociais menos providos de recursos, como as famílias de “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” e “Trabalhadores Não Qualificados”, que representam cerca de 30%, com maior peso entre os/as licenciados/as em “Educação” e “Humanidades”.

Ainda que a maioria trabalhe por conta de outrem (66,8%), os/as inquiridos/as apresentam diversos estatutos profissionais, designadamente trabalhadores/as por conta própria e empresários/as (12,4%), estagiários/as e bolseiros/as de investigação (7,9%) e trabalhadores/as a tempo parcial (1,1%). Em situação de desemprego, encontram-se 8,8%. Uma análise destes indicadores por género mostra a sua maior incidência junto das mulheres, à exceção dos que se reportam ao estatuto de empresário/a, trabalhador/a por conta de outrem e bolseiro/a de investigação.

Analisando, agora, apenas para os que mostraram elevado potencial empreendedor (72% da amostra), verifica-se que essa

predisposição se apresenta mais evidente nas áreas das “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (76,9%), “Engenharia, Indústria Transformadora e Construção” (75%), Educação (72,9%), designadamente nas licenciaturas de Comunicação Social, Direito, Administração Pública, Arquitetura e Engenharia Civil. Por sua vez, é visível um

relativo desequilíbrio em termos de sexo, tendo as licenciadas menor propensão para o autoemprego ou criação de um negócio (67,9%) comparativamente aos seus colegas do sexo masculino, em que esta percentagem sobe para os 79,8% (cf. Tabela 1).

Tabela 1: “Potencial empreendedor” por sexo e área de formação (%) *

Pensou/desejou criar o seu próprio emprego/ empresa		
Área de formação	Educação	72,9
	Humanidades	50,0
	Ciências Sociais e Direito	76,9
	Ciências e Informática	67,3
	Engenharia	75,0
	Saúde e Proteção Social	66,7
Sexo	Masculino	79,8
	Feminino	67,9
Total (%)		72 %
Total (n)		197

Fonte: (Autor, 2015)

*Percentagens apuradas com a exclusão das não respostas

Já em termos de razões que subjazem a este potencial empreendedor, destacam-se as seguintes: o desejo de novos desafios (57,4%); a perspectiva de ganhar mais dinheiro (34%); o desejo de ser o próprio patrão (23,9%); a oportunidade de lançar novos produtos ou serviços (21,3%); a dificuldade de arranjar emprego na área da licenciatura (22,3%); evitar o desemprego ou um emprego insatisfatório (20,3%); e a

melhor conciliação da vida profissional e pessoal (14,2%), entre outras.

Será, no entanto, através da análise das entrevistas que melhor se pode ilustrar aquelas tendências de propensão para o empreendedorismo tanto como projeção, como eventual concretização. Trata-se de um grupo de 11 homens e 6 mulheres, entre os 24 e os 36 anos de idade, maioritariamente solteiros/as (2 mulheres e

1 homem eram casados com filhos). Considerando que a idade média ronda os 28 anos, fica patente a tendência recente identificada na literatura para o envolvimento tendencialmente tardio das gerações mais jovens num projeto parental

ou de emancipação familiar. Os/as entrevistados/as são provenientes de várias áreas de formação e apresentam diversos estatutos profissionais, conforme pode mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Perfil sociodemográfico dos/as entrevistados/as nos Estudos 1 e 2

Nº	Sexo	Idade	Estado Civil	Área científica /curso	Ciclo de estudos	Situação face ao emprego
Estudo 1						
E1	M	29	Casado	Geografia e Planeamento	1ºciclo	Trabalhador p/conta de outrem
E2	M	29	Solteiro	Ensino em Biologia/ Geologia	1ºciclo	Trabalhador p/conta de outrem
E3	F	29	Casada	Sociologia	1ºciclo	Desempregada
E4	M	30	Solteiro	Sociologia	1ºciclo	Trabalhador p/conta de outrem
E5	M	36	Solteiro	Relações Internacionais (frequência Engenharia Civil)	1ºciclo	Trabalhador independente
E6	M	35	Solteiro	Administração Pública	2ºciclo	Trabalhador p/conta de outrem
E7	F	30	Solteira	Educação	2ºciclo	Trabalhador p/conta de outrem
E8	M	30	Solteiro	Engenharia Ambiental	2ºciclo	Empresário (cofundador)
Estudo 2						
E9	F	24	Solteira	Engenharia Biomédica	2ºciclo	Start-up (cocriadora)
E10	M	29	Solteiro	Arquitetura	2º ciclo	Empresário
E11	F	31	Solteira	Administração Pública	2º ciclo	Empresária
E12	M	30	Solteiro	Engenharia Biológica	3º ciclo	Empresário
E13	M	27	Solteiro	Gestão	2º ciclo	Empresário
E14	F	35	Casada	Geografia e Planeamento	2ºciclo	Start-up (cocriadora)
E15	F	30	Solteira	Psicologia	2ºciclo	Trabalhador p/conta de outrem

E16	M	32	Solteiro	Geografia e Planejamento	2ºciclo	“Gestor de projetos”
E17	M	24	Solteiro	Comunicação social	2ºciclo	Start-up (cocriador)

Fonte: (Autor, 2015)

É de referir, ainda, a proximidade das posições no mercado de trabalho por via quer da participação em projetos de investigação e captação de fundos, quer pela criação de start-ups ou empresas próximas das áreas de formação. Neste sentido, está-se perante entrevistados/as que, tendo iniciado o seu próprio negócio ou autoemprego, se apresentam numa situação de vulnerabilidade económica, já que, apesar de terem conseguido bolsas de investigação e apoio financeiro, estão na fase de arranque dos seus negócios.

PROJEÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EMPREENDEDORAS

Ainda que não tenham concretizado a sua ideia de negócio ou criado o próprio emprego, muitos/as entrevistadas/as já pensaram e/ou têm intenção de vir a fazê-lo num futuro próximo, especialmente os/as oriundos/as das Ciências Sociais e do Direito, da Engenharia e Educação e mais eles do que elas. É certo que, dos/as 17 entrevistados/as, apenas 8 concretizaram, à data da realização da entrevista, o seu potencial de empresarialização.

Não se pretende aferir tanto a capacidade de concretização de uma experiência empreendedora per se⁷, mas sobretudo perceber em que medida o género e a segregação por área científica surgem evidenciados. Fatores como a inexistência de emprego na área de formação, a vulnerabilidade contratual ou o desemprego poderão estar na base de uma intenção empreendedora ou da sua concretização. Esta necessidade manifestada por jovens de áreas de formação mais críticas quanto à inserção profissional, como as ciências sociais e humanidades, por oposição à percepção de oportunidades de negócio nas áreas orientadas para a inovação e de tecnologia intensiva, como as engenharias, tem sido corroborada pela literatura.

Olhando para os setores de atividade projetados para a criação do autoemprego ou empresa, é de assinalar duas tendências base. Uma remete para uma segmentação em função do género e da área de formação. Com exceção de alguns cursos, assiste-se a uma concentração das licenciadas em “Ciências Sociais” e “Educação” num conjunto restrito de setores de atividade

associados ao cuidado, como a “Educação, Saúde e Ação Social” e o “Comércio, Alojamento e Restauração”. Inversamente, as preferências dos licenciados em “Engenharia” estão associadas aos sectores das “Tecnologias” e “Atividades Financeiras, Imobiliárias, Alugueres e Serviços a Empresas”. Com base neste padrão, foi possível identificar dois perfis-tipo no Estudo 1, designadamente, o “Perfil 1 - Empreendedor tradicional” e o “Perfil 2 – Empreendedor inovador” (Autor, 2011, 2013; Autor, 2015)⁸. No Perfil 1, encontram-se mulheres provenientes das “Ciências Sociais e Direito” e “Educação”, sendo os setores mais atrativos para o desenvolvimento de uma atividade os mais feminizados – a educação, a saúde e o trabalho social, a restauração, o comércio e os serviços de alimentação. Eis um desses testemunhos:

O sector de atividade do meu negócio é o vestuário, a criação de uma linha de vestuário (...). Iremos apostar nesse projeto porque temos uma certa facilidade, a nível financeiro, não exigiu muito investimento (...). É um projeto pequenino, ou seja, não é nada de novo... É mesmo para tentar algo e ver se resulta. (E7, Mulher, Educação)

Incluem-se, igualmente, as novas áreas de negócio potenciadas por serviços de consultadoria no domínio da justiça ou desenvolvimentos tecnológicos na área da saúde. Para muitos destes exemplos de arranque de um projeto empreendedor, concretizando-se numa start-up, tem sido decisivo o apoio financeiro de uma bolsa designada “Passaporte para o empreendedorismo”, gerida pelo IAPMEI:

A nossa empresa baseia-se em diferentes serviços: serviços de consultadoria com advogados, de assessoria com magistrados e de peritagem quando os tribunais nomeiam determinados peritos para cada situação. Foram surgindo outros serviços, tais como serviços para as autarquias locais, para as câmaras de solicitadores, informação geográfica.” (E14, Mulher, Geografia e Planeamento)

Neste momento, estou numa bolsa de apoio do passaporte para o empreendedorismo do IAPMEI... Neste caso, sou um dos três elementos do projeto na área da saúde (...). Basicamente, a minha função na empresa é fazer um pouco de tudo (...). (E9, Mulher, Engenharia Biomédica)

O Perfil 2 é composto majoritariamente por homens provenientes de cursos como “Engenharias”, “Tecnologias” e áreas afins, que visam criar o seu projeto em setores de conhecimento intensivo e inovadores, como a biotecnologia e as TIC. Ainda a reforçar a importância do diploma e sua relativização pelas exigências, simultaneamente, de inovação e risco, atente-se aos testemunhos seguintes:

Escolhi criar uma empresa de serviços de engenharia ambiental por uma questão de formação base e dos conhecimentos que possuo nesta área (...). (...) [eu] tinha projetos pessoais de investigação e desenvolvimento, por isso, fazia sentido sermos nós a lançar este serviço. (E8, Homem, Engenharia Ambiental)

A empresa que nós temos é uma empresa da área alimentar, sobretudo para desenvolver produtos inovadores na área alimentar. O nosso conceito é desenvolver um produto à medida do cliente... A nossa estratégia passa por trazer produtos inovadores para o mercado e cativar as empresas com isso e, no fundo, fazer dinheiro com a venda não só de I&D, mas do produto. (...) Uma start-up demora, pelo menos, 3 anos e começámos a colocar um

prazo mais curto porque é importante para nós tornar a empresa sustentável. (E12, Homem, Engenharia Biológica)

Os resultados permitem, em certa medida, confirmar a dimensão mais inovadora dos projetos de autoemprego ou negócio dos homens, reforçando a componente da transferência de tecnologia e comercialização da investigação no quadro dos centros de investigação das IES. Os apoios previstos visam incentivar o investimento e/ou disponibilizar mecanismos financeiros para a criação de empresas (capital de risco, microcrédito), mas também incluem incentivos à criação de emprego e à contratação de trabalhadores. A literatura enfatiza a menor probabilidade de as mulheres se envolverem neste tipo de empreendedorismo (Fuentes-Fuentes; Cooper; Bojica, 2012).

Motivações subjacentes ao projeto empreendedor

Ainda que o “desejo de novos desafios” tenda a ser considerado pelos/as entrevistados/as a razão mais importante para a concretização de um projeto empreendedor, parecem ser sobretudo os fatores de constrangimento a “empurrar” as mulheres – em particular, as provenientes das “Ciências Sociais” e da “Educação” –

para a intenção empreendedora. Entre elas, a dificuldade de arranjar emprego na área do curso e a possibilidade de conciliar melhor a vida familiar e a profissional são a segunda e a terceira motivações mais apontadas, respetivamente. Já os homens apontam mais, como segundo e terceiro aspetos motivadores, a perspectiva de ganhar mais dinheiro e a ideia de um novo produto ou serviço, respetivamente. Trata-se, uma vez mais, de tendências já descritas na literatura (cf. Ohran; Scott, 2001; Winn, 2005; Kelley; Singer; Herrington, 2016).

De facto, os resultados das entrevistas sugerem a persistência de uma racionalidade que atribui precedência ao trabalho sobre a família no caso dos homens. No caso das mulheres, a conciliação entre trabalho, família e vida privada tende a apresentar-se como um dos fatores mais relevantes para a concretização de um projeto empreendedor, independentemente do estado civil. Estas estruturas motivacionais desiguais traduzem diferentes orientações valorativas face ao trabalho e à profissão. Atente-se à centralidade da realização profissional e do gosto pelo risco como valores intrínsecos na construção dos projetos autónomos entre os entrevistados:

Estar a trabalhar nos meus projetos é uma satisfação muito grande. Sinto-me realizado pessoalmente porque ser empreendedor não é só empresa e lucros. Tenho uma excelente relação interpessoal com os meus colegas de equipa, sentimo-nos mesmo bem a fazer isto, a poder ajudar os outros e a trabalharmos e adquirirmos competências com este projeto numa área de que gostamos especialmente... (E16, Homem, Geografia, solteiro)

No caso das entrevistadas, as razões são mais híbridas: a satisfação pessoal é ponderada num contexto de conciliação da atividade profissional seja com a vida familiar e privada, seja de apoio financeiro para projetos futuros. Isto ilustra tanto a importância das motivações relacionais entre as mulheres, como a maior dificuldade de acederem aos recursos financeiros necessários a uma atividade empreendedora sem recurso a outros meios de subsistência (Dabic et al., 2012; De Vita; Mari; Poggesi, 2014; Winn, 2005; Kirkwood, 2009), como ilustram os testemunhos seguintes:

Quando trabalhamos numa área pela qual somos apaixonados, o desafio é diário. É uma motivação muito grande. Quando iniciei a empresa, fiquei com menos tempo para o doutoramento,

sendo que este alimenta a empresa e a empresa alimenta a investigação. Uma empresa, no início, absorve-nos muito tempo, mas, mesmo assim, consegui conciliar a vida familiar, o tempo para os amigos. (E14, Mulher, Geografia e Planejamento, casada)

Este projeto é um misto de motivação e satisfação pessoal com oportunidade. (...) Neste momento, estou com os meus pais, que têm uma empresa de roupa têxtil, de roupa de desporto (...). Ainda é tudo muito recente porque a bolsa de passaporte para o empreendedorismo está a terminar e tenho que continuar a pagar o doutoramento e as minhas despesas. Vou conseguindo conciliar as duas coisas. (E15, Mulher, Psicologia, solteira)

As dificuldades de conciliação com a vida privada, quando enunciadas, são avançadas como consequência de se possuir um negócio empreendedor ou estar a trabalhar na construção de uma ideia de negócio que ocupa muito tempo porque não há horários, fins-de-semana ou tempo para atividades de lazer, a família e os amigos. Apesar disso, os/as entrevistados/as consideram que tudo acaba por ser compensado pela satisfação de criarem algo que é deles e que lhes

proporciona enorme motivação e realização pessoal e profissional. Porém, a conciliação entre a vida profissional e a privada tende a ser equacionada pelas mulheres a montante do ingresso numa atividade empreendedora enquanto fator motivador face a modelos e culturas organizacionais “masculinizados”, caracterizados por longas jornadas e uma disponibilidade quase total para o trabalho (Karatas-Özkan; Chell, 2015; Kirkwood, 2009; Ohran; Scott, 2001). Os dois excertos seguintes, um dos quais da cofundadora de uma start-up ligada à assessoria à justiça através de uma plataforma digital, casada, com uma filha e à espera de um filho, são ilustrativos dessas diferentes posturas:

Mas, se falarmos em conciliação com a vida privada, trabalha-se muito mais horas. Há aqui horas que não são, de todo, contabilizadas. Há aqui horas que eu ou a minha colega trabalhamos muito, quase sempre das 9h da manhã até às 8h da noite e, por vezes, quando há eventos, até me esqueço de almoçar. Uma pessoa não pensa em mais nada. Trabalha-se com garra para as coisas acontecerem e ninguém está aqui a olhar para as horas (...). (E10, Homem, Arquitetura, solteiro)

Eu gosto de ter férias, gosto de parar, de me conseguir desligar, de me

dedicar com qualidade à família, de ter o dia de domingo para parar, o sábado à tarde para ir sair e, quando eles tentavam marcar sempre reuniões para essas datas, era complicado para mim. Não queria, pedia que escolhessem um dia da semana e eles estavam disponíveis ao fim-de-semana... (...) E também não concordo com os modelos e culturas empresariais em que as pessoas trabalham muitas horas por dia e que não lhes permitem usufruir de outras coisas, o que acho que, para a sanidade humana, faz falta. (E14, Mulher, Geografia e Planeamento, casada)

Em suma, apesar de tanto homens, como mulheres valorizarem, em primeiro lugar, o desafio de criar algo novo, o empreendedorismo feminino parece continuar mais associado aos constrangimentos – dificuldade e/ou vontade de conciliar vida familiar e profissional, dificuldade em arranjar emprego –, ao passo que o masculino parece ser impulsionado essencialmente pela (auto) realização.

Obstáculos e oportunidades de uma carreira autónoma

Na desigual propensão para o empreendedorismo ou sua concretização, importa, ainda, contemplar a percepção dos obstáculos e potencialidades por parte dos/as entrevistados/as. O empreendedorismo académico tem vindo a assumir maior visibilidade no contexto das atividades das IES e a UM tem tido um papel estimulador e potenciador reconhecido pela generalidade dos/as entrevistados/as. As iniciativas mencionadas reforçam e valorizam o papel da UM na articulação com outros parceiros institucionais, nomeadamente a TecMinho e a LIFTOFF, para a promoção de atividades de desenvolvimento de competências empreendedoras, como sublinha o seguinte testemunho:

A Universidade é para educar, para formar, fomentar competência e esta cultura empreendedora. Acho que está muito melhor do que há uns anos. Temos muito mais palestras, conferências, seminários, o que é muito importante, o contacto de pessoas que já passaram pelo mesmo. Acho que [a UM] tem feito um bom papel no fomento de competências transversais essenciais para o mercado

de trabalho. (...) há muita abertura por parte dos professores, estão sempre prontos a ajudar a potenciar novos negócios, seja através do apoio científico, apoio de estrutura... (E17, Homem, Comunicação Social)

Num sentido de reforço das oportunidades que são percecionadas pelas atuais políticas públicas de promoção do empreendedorismo e as infraestruturas disponibilizadas pelas IES, os/as entrevistados/as testemunham os investimentos nesta área e as alternativas que se abrem à construção de uma carreira autónoma:

(...) o produto que estamos a desenvolver são revestimentos comestíveis, sendo uma solução que aplicamos a queijos, carnes, enchidos, que permite aumentar o tempo de validade, o tempo de prateleira. Isto vem do que foi feito no nosso grupo de investigação durante cinco anos (...) sendo que realizei a minha tese [de doutoramento] sobre o revestimento comestível para queijos (...) e eu percebi que seria interessante fazermos aqui uma passagem para o mercado e consegui encontrar quatro colegas que me ajudaram (...) e criámos a empresa nesse sentido. (E12, Homem, Engenharia Biológica)

No Liftoff também há apoios internos e, na UM, funciona muito bem. Há o apoio, mas tem que se abrir os olhos, temos que procurar. Há apoios e ajudas que custam zero. Eu tive apoio de consultores que custam dinheiro – e muito dinheiro! –, coisas que não aprendes nas aulas, e foi gratuito. (E10, Homem, Arquitetura)

Quando se trata de ponderar os obstáculos ao envolvimento numa atividade empreendedora, no entanto, encontramos, uma vez mais, os efeitos diferenciadores do género. Assim, são referidos, por eles, sobretudo obstáculos de cariz técnico-económico:

São questões de financiamento, são questões de angariação de novos clientes, questões de validação dos nossos produtos e distinção dele face à concorrência, questões do preço, porque existe uma certa concorrência desleal em serviços técnicos... Essencialmente, isso. (E8, Homem, Engenharia Ambiental)

Obstáculos de natureza soft, ancorados nas representações dominantes da feminilidade, da ciência e da inovação, são evidentes junto de várias entrevistadas. Segundo estas, os valores e expectativas face à

profissão são atravessados pelo gênero, reforçando a divisão sexual do trabalho. Como refere Winn (2005, p. 382-387), essas crenças e expectativas sustentam as preocupações dos outros intervenientes no mundo dos negócios, que frequentemente duvidam do empenhamento das mulheres na condução das suas empresas e, por extensão, da sua viabilidade. Neste sentido, estão em causa mecanismos de reprodução da masculinidade hegemónica que passam, no caso, pela desacreditação das mulheres (Connell; Messerschmidt, 2005, p. 844) empreendedoras. Os testemunhos seguintes são ilustrativos disto:

Ser mulher e empreendedora dificulta, porque o estereótipo ainda está muito marcado (...). Apesar de vários avanços em matéria de igualdade de gênero (...), o papel das mulheres continua ainda a ser visto, por muitos atores sociais, como confinado ao cuidado do lar e dos filhos. (E14, Mulher, Planeamento e Geografia)

Alguns fornecedores estranharam duas meninas andarem à procura de bicicletas. Até se riram e olharam de uma forma do gênero – “Onde é que está o homem aqui do negócio?...” Eles perguntaram qual o homem por trás do negócio, com o capital, o que significa

que ainda estamos numa sociedade muito marcada por diferenciações de gênero. (E11, Mulher, Administração Pública)

A redução da desigualdade de gênero em termos de qualificação escolar e desempenho profissional difundida pelos meios de comunicação social tem contribuído para a perceção de uma erosão das diferenças na propensão para uma atividade empreendedora de homens e mulheres que está presente tanto entre os entrevistados, como entre as entrevistadas, independentemente da sua correspondência, ou não, à realidade. Veja-se os testemunhos seguintes:

Não, de todo! Eu trabalho com homens e o meu trabalho anterior também era basicamente só com homens. Nunca senti nenhum tipo de discriminação... (E9, Mulher, Engenharia Biomédica)

(...) somos cinco sócios, três homens e duas mulheres. Não vejo nenhum tipo de discriminação. O que vejo é capacidades diferentes que não têm a ver com o gênero, mas com as pessoas. Aliás, as minhas colegas são muito competentes e têm muita capacidade. No nosso caso, tem a ver com o tipo de trabalho, tentamos perceber o que é

que cada um faz melhor. (E12, Homem, Engenharia Biológica)

Os resultados obtidos sublinham o papel das IES, e em particular da UM, na criação de condições para o desenvolvimento de uma carreira autónoma por parte de jovens diplomados/as, seja por via do desenvolvimento de conhecimentos e competências com potencial mercantilizável, seja pela criação de condições de acesso a apoios técnicos e financeiros. Todavia, o aproveitamento dessas oportunidades continua a ser atravessado pelo género. A figura do empreendedor está intimamente associada ao homem, razão pela qual as jovens diplomadas se deparam com maiores dificuldades de acesso a e de condução de uma atividade empreendedora associadas à ausência de legitimação social da sua atividade.

Notas conclusivas

O estudo dos processos de socialização familiar e escolar mostra que as jovens continuam a fazer “más” escolhas em termos de educação com impactos nas oportunidades de emprego e nas lógicas de segregação ocupacional horizontal e vertical. Apesar dos avanços nas últimas duas décadas quanto à maior presença das mulheres no ensino superior, o que permitiria consolidar uma expectativa

efetiva de transformação dos padrões de segregação ocupacional e vertical, os nossos resultados apontam para a reprodução de desigualdades sociais de género. Tal sugere que a instância educativa, em geral, e a universitária, em particular, não se apresenta ainda como um espaço de transformação das lógicas de desigualdade social neste domínio de análise. Com efeito, as desigualdades sociais de pertença e de género consolidam-se em percursos académicos que traduzem inscrições distintas ao nível da intenção empreendedora e dos setores da economia sobre os quais recaem as escolhas. O empreendedorismo qualificado de que se deu conta revela a persistência de um padrão segregado por género: os setores inovadores e intensivos de conhecimento estão mais presentes nas escolhas deles e as escolhas delas recaem, preferencialmente, em serviços de proximidade e de cuidado. O empreendedorismo feminino continua, igualmente, a ser impulsionado sobretudo pelo efeito da necessidade – desemprego, dificuldades de conciliação entre atividade profissional, familiar e privada –, ao passo que o masculino surge mais associado à inovação e à autorrealização. As jovens diplomadas confrontam-se, ainda, com a ausência de legitimação social do seu papel de empreendedoras, que se soma às

dificuldades próprias de criação do próprio emprego/negócio. Os resultados revelam a persistência de processos de reprodução da desigualdade de gênero quer nas escolhas educativas, quer na relação com o mercado de trabalho e o mundo dos negócios. A posse de uma credencial de ensino superior e de um elevado potencial empreendedor parece não quebrar, para já, estas tendências de fundo, sugerindo a necessidade de uma discussão mais ampla sobre as condições de autonomização das mulheres, com efeitos ao nível da concepção de políticas de promoção do empreendedorismo que atendam às especificidades de gênero quer a montante, quer a jusante do ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, N., **Juventudes e inserção profissional**. Lisboa: EDUCA & Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2008.
- AMORÓS, J. E.; BOSMA, N. **Global Entrepreneurship Monitor 2013 Global Report**. [S.l.]: GEM, 2011-2014. Disponível em: <http://gemconsortium.org/report/48772>. Acesso em: 7 Fevereiro 2016.
- BALSA, C. (coord.). **O perfil sócio-económico dos estudantes do ensino superior**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Lisboa: CNACES/CEOS, 1997.
- BETTIO, F.; VERASHCHAGINA, A. **Gender segregation in the labour market: root causes, implications and policy responses in the EU**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2009.
- BÖGENHOLD, D.; FACHINGER, U. Rationality of self-employment: do female and male entrepreneurs differ?. **IFS Discussion Paper**, [S.l.], n. 3, p. 1-42, Aug. 2014. Disponível em: <https://www.aau.at/wp-content/uploads/2016/11/ifs-discussion-paper-2014-03.pdf>. Acesso em: 7 Fevereiro 2016.
- BOURDIEU, P. **A distinção: uma crítica social da faculdade do juízo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- _____ ; PASSERON, J.-C. **Les héritiers : les étudiants et la culture**. Paris : Les Editions de Minuit, 1964.
- BRENNAN, J. Transformation or Reproduction? Contradictions in the Social Role of the Contemporary University. In: ENDERS, J.; FULTON, O. (org.). **Higher education in a globalising world: international trends and mutual observation: a Festschrift in honour of Ulrich Teichler**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002, p. 73-86.
- BRIDGE, S.; HEGARTY, C.; PORTER, S. Rediscovering enterprise: developing appropriate university entrepreneurship education. **Education & Training**, v. 52, n. 8/9, p. 722-734, 2010.
- CARDOSO, J. L. M. et al. **Empresários e gestores da indústria em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- CASACA, S. F. Mercado de trabalho, flexibilidade e relações de género: tendências recentes. In: CASACA, S. F. (org.). **Mudanças laborais e relações de género**. Coimbra: Almedina, 2012a, p. 9-50.
- _____ **Trabalho emocional e trabalho estético**. Coimbra: Almedina, 2012b.
- CHAVES, M. **Confrontos com o trabalho entre jovens advogados: as novas configurações da inserção profissional**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W.. Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.
- CONNELL, R. W. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press, 2001.
- COUTO, A. I. **As pequenas e médias empresas e os seus empresários: diversidade de contextos e de percursos de empreendedorismo em Portugal**. 2013. Dissertação (Doutoramento em Sociologia) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL, Lisboa, 2013.

CRUZ, M. B.; CRUZEIRO, M. E. **O desenvolvimento do ensino superior em Portugal: situação e problemas de acesso.** Lisboa: Universidade de Lisboa/ Instituto de Ciências Sociais, 1995.

DABIC, M. et al., Exploring Gender Differences in Attitudes of University Students towards Entrepreneurship. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 316-336, 2012.

DATTA, P. B.; GAILEY, R. Empowering women through social entrepreneurship: case study of a women's cooperative in India. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 36, n. 3, p. 569-587, May 2012.

DE VITA, L.; MARI, M.; POGGESI, S. Women entrepreneurs in and from developing countries: evidences from the literature. **European Management Journal**, v. 32, n. 3, p. 451-460, Jun. 2014.

EUROPEAN UNION; EUROPEAN COMMISSION. **Entrepreneurship 2020 Action Plan: Reigniting the entrepreneurial spirit in Europe.** Brussels, 9 Janeiro 2013. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0795:FIN:en:PDF>. Acesso em: 7 Fevereiro 2016.

_____. **Effects and Impact of Entrepreneurship Programs in Higher Education.** Brussels: European Commission, 2012.

EUROPEAN COMMISSION. **Entrepreneurship in Higher Education, Especially in Non-Business Studies, Final Report of the Expert Group.** Brussels: European Commission Enterprise and Industry Directorate-General, 2008. Disponível em: http://europa.eu.int/comm/enterprise/entrepreneurship/support_measures/index.h. Acesso em: 7 Fevereiro 2016.

_____. **Evaluation on Policy: promotion of Women Innovators and Entrepreneurship.** Brussels: European Commission DG Enterprise and Industry, 2008. Disponível em: ec.europa.eu/DocsRoom/documents/2131/attachments/1/translations/en/renditions/pdf. Acesso em: 7 Fevereiro 2016.

_____. **Entrepreneurship education in Europe: fostering entrepreneurial mindsets through education and learning.** Oslo: Commission of the European Communities, 2006.

ELAM, A. B. **Gender and entrepreneurship.** Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014.

FERREIRA, V. (org.) **A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias.** Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010.

FUENTES-FUENTES, M. M.; COOPER, S. Y.; BOJICA, A. M. Academic women's entrepreneurship in Spain and Scotland: a multilevel institutional approach. In: HUGHES, K. D.; JENNINGS, J. E. (eds.). **Global women's entrepreneurship research: diverse settings, questions and approaches.** Cheltenham: Edward Elgar, 2012, p. 56-74.

GEM PORTUGAL 2013. **2004-2013 Uma década de empreendedorismo em Portugal.** Lisboa: ISCTE-IUL/ SPI, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/8058>. Acesso em: 7 Fevereiro 2016.

GRÁCIO, S. **Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais.** Lisboa: Educa, 1997.

GUERREIRO, M. et al. Becoming an entrepreneur: a diversity of factors, types and pathways. **Periodica Polytechnica Social and Management Sciences**, v. 24, n. 2, p. 74-82, 2016.

GUERREIRO, M. D. Pequenas e médias empresas familiares: tipos de relações das famílias com as empresas. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 3, 1996, Lisboa. **Actas do III congresso português de sociologia: práticas e processos de mudança social**, Oeiras: Celta Editora, 2000. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR492ed4c6b71c1_1.pdf. Acesso em: 7 Fevereiro 2016.

_____. **Famílias na actividade empresarial: PME em Portugal**. Oeiras: Celta Editora, 1996.

IFDEP RESEARCH. **Empreendedorismo feminino: um olhar sobre Portugal**. Lisboa: Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal, 2014.

JENNINGS, J. E.; BRUSH, C. G. Research on women entrepreneurs: challenges to (and from) the broader entrepreneurship literature?. **The Academy of Management Annals**, v. 7, n. 1, p. 663-715, 2013.

KARATAS-ÖZKAN, M.; CHELL, E. Gender inequalities in academic innovation and enterprise: a Bourdieusian analysis. **British Journal of Management**, v. 26, n. 1, p. 109-125, 2015.

KELLEY, D.; SINGER, S.; HERRINGTON, M. **Global Entrepreneurship Monitor 2015-16 Global Report**. [S.l.]: GEM, 2016. Disponível em: <http://www.gemconsortium.org/report/49480>. Acesso em: 13 Maio 2016.

KIRKWOOD, J. Motivational factors in a push-pull theory of entrepreneurship. **Gender in Management: An International Journal**, v. 24, n. 5, p. 346-364, 2009.

_____; Tootell, B. Is entrepreneurship the answer to achieving work-family balance?. **Journal of Management and Organization**, v. 14, n. 3, p. 285-302, Jul. 2008.

LAMELA, R. **Empreendedorismo de jovens qualificados: Contextos, perceções e representações sociais de género**. 2014. 86 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Minho, Braga, 2014.

MARQUES, A. P. (Org.) **Aprendizagens empreendedoras, redes e mercado de trabalho**. V. N. Famalicão: Húmus, 2016.

_____. Retratos de potencial empreendedor de diplomados na Universidade do Minho: um estudo de caso. In: Urze, P.; Serrano, M. M. (org.). **Inovação, organizações e trabalho: estudos de caso**. Lisboa: Edições Sílabo, 2015, p. 279-301.

_____. Empregabilidade e (novos) riscos profissionais. In: Brandão, A. M.; MARQUES, A. P. (org), **Jovens, trabalho e cidadania: que sentidos?** Braga: CICS/ Universidade do Minho, 2013, p. 20-34. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cics_ebooks/issue/view/123. Acesso em: 13 Maio 2016.

_____; MOREIRA, R. “Traditional” and “innovative” potential entrepreneur among Portuguese graduates: a case study. **Journal of Educational and Social Research**, v. 3, n. 7, p. 124-142, Oct. 2013.

_____; _____. Transição para o mercado de trabalho: empreendedorismo numa perspectiva de género. In: ENCONTRO NACIONAL DE SOCIOLOGIA INDUSTRIAL, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO, 15, 2011, Lisboa. **Actas do XIV encontro nacional de sociologia industrial, das organizações e do trabalho: emprego e coesão social – da crise da regulação à hegemonia da globalização**. Lisboa: Associação Portuguesa dos Profissionais em Sociologia Industrial das Organizações (APSIOT). p. 432-451 .

MOULTON, J. The myth of the neutral “man”. In: VETTERLING-BRAGGIN. M. (ed.), **Sexist language: a modern philosophical analysis**. Totowa: N.J.: Rowman & Littlefield, 1981, p. 100-115.

OECD/ THE EUROPEAN COMMISSION. **The Missing Entrepreneurs**: Policies for Inclusive Entrepreneurship in Europe. [S.l.]: OECD/ European Union, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264213593-en>. Acesso em: 5 Maio 2016.

ORHAN, M.; SCOTT, D. Why women enter into entrepreneurship: an explanatory model. **Women in Management Review**, v. 16, n. 5, p. 232-247, 2001.

ORSER, B.; RIDING, A.; STANLEY, J. Perceived career challenges and response strategies of women in the advanced technology sector. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 24, n. 1/2, p. 73-93, Jan. 2012.

POWELL, G. N.; EDDLESTON, K. A. Linking family-to-business enrichment and support to entrepreneurial success: do female and male entrepreneurs experience different outcomes?. **Journal of Business Venturing**, v. 28, n. 2., p. 261-280, Mar. 2013.

_____; GRAVES, L. M. **Women and men in management**. Thousand Oaks: Sage, 2011.

SHABBIR, A.; DIGREGORIO, S. D. An examination of the relationship between women's personal goals and structural factors influencing their decision to start a business: the case of Pakistan. **Journal of Business Venturing**, v. 11, n. 6, p. 507-529, Nov. 1996.

TEICHLER, U. **Higher education and the world of work**: conceptual frameworks, comparative perspectives, empirical findings. Rotterdam: Sense Publishers, 2009.

_____. (ed.). **Careers of university graduates**: views and experiences in comparative perspectives. Dordrecht: Springer, 2007.

TOMLISON, M. Graduate employability: a review of conceptual and empirical themes. **Higher Education Policy**, v. 25, n. 3, p. 407-431, Dec. 2012.

_____. **Higher Education and Graduate Employability**. Saarbrücken: VDM Verlag, 2009.

VIEIRA, D. A.; MARQUES, A. P. **Preparados para trabalhar?** Um estudo com diplomados do ensino superior e empregadores. Lisboa: Maior Empregabilidade/POAT FSE, 2014.

WINN, J. Women entrepreneurs: can we remove the barriers?. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 1, n. 3, p. 381-397, Sept. 2005.

_____. Entrepreneurship: not an easy path to top management for women. **Women in Management Review**, v. 19, n. 3, p. 143-153, 2004..

Notas de Rodapé

1 Para efeitos do presente artigo, assume-se uma relativa equivalência entre as expressões “criação de uma empresa ou negócio” e “autoemprego”, pois pretende-se destacar as opções por carreiras profissionais autónomas a partir de uma relação de trabalho por conta própria em alternativa ao trabalho por conta de outrem. Sabe-se, no entanto, que, sob aquelas duas expressões, se encontram disposições, recursos, condições e projetos profissionais, económicos e familiares não totalmente equivalentes. Por questões de economia de espaço, e por não ser esse o objetivo central desta exposição, não terá aqui lugar a sua discussão.

2 O primeiro dossiê temático sobre o tema foi publicado apenas 1997 e só em 2009 é lançada a publicação *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, exclusivamente dedicada ao estudo das mulheres empreendedoras.

3 Foram realizados todos os esforços para obter as respostas necessárias, contudo, houve uma margem de incerteza ligada ao facto de alguns destes jovens poderem estar no exterior ou não quererem participar na investigação. Importa não esquecer que o período de conclusão da licenciatura se situava entre 2002 e 2008, o que explicará, em grande medida, as dificuldades de contacto com esta população específica.

4 A distribuição da amostra por sexo (40% homens e 60% mulheres) revela uma elevada feminização nos cursos da UM, acompanhando a tendência atual do ensino superior português.

5 Os inquiridos provêm de 43 cursos da UM, agrupados em seis áreas científicas, com a seguinte distribuição amostral: “Educação” (21%); “Humanidades” (5%), “Ciências Sociais e Direito” (34%); “Ciências e Informática” (20%); “Engenharia (19%); e “Saúde e Proteção Social” (1%).

6 Correspondem, na sua generalidade, aos níveis I a III da formação no quadro da União Europeia.

7 Não ignorando a diversidade de variáveis em jogo no fenómeno do empreendedorismo e sua concretização (salientadas, e.g., por Guerreiro et al., 2016), conhecer os fatores de bloqueio ou atratividade da iniciativa empresarial através de informação detalhada sobre o tipo de atividade desenvolvida, dimensão da empresa, entre outros fatores, remeteria para um outro tipo de estudo que ultrapassa os propósitos deste artigo.

8 As expressões “tradicional” e “inovador” são aqui usadas pelo seu potencial heurístico e assentam, em certa medida, em fundamentos distintivos de um empreendedorismo por “necessidade” versus “oportunidade”, respetivamente, que tem sido destacado na literatura especializada

Contato

Ana Maria Brandão
Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho
Departamento de Sociologia da Universidade do Minho
E-mail: d2391@ics.uminho.pt

Ana Paula Marques
Universidade do Minho
Email: amarques@ics.uminho.pt

Rita Lamela
Email: ritinha.lamela@gmail.com